



EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 008/2026

Prezado fornecedor, o município de Paranavaí agradece o seu interesse em participar deste certame e espera a sua melhor proposta para que você possa ser nosso fornecedor.

Visando poupar o seu tempo e facilitar a apresentação da sua proposta neste certame, os documentos que você precisa ler para participar nesta disputa foram elaborados evitando, ao máximo, repetir informações. É fundamental que você leia, além do edital, TODOS os anexos, pois há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:

- a. Anexo I – Especificações do objeto e julgamento da amostra, se for o caso;
- b. Anexo II – Modelo de proposta;
- c. Anexo III – Minuta de ARP ;
- d. Anexo IV - Minuta de Contrato;e
- e. Anexo I do Contrato - Manual Tributário.

Este edital traz as regras específicas para a sua participação e para a condução do certame. Todas as decisões serão tomadas com base no que o edital estabelece. Qualquer dúvida ou discordância deverá ser manifestada antes do início do certame, através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br.

As minutas da ata de registro de preços e do contrato trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará o nosso negócio, se ele vier a acontecer. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as condições que regem a sua execução.

As informações gerais, que se repetem nas licitações, estão em um Caderno de Normas Licitatórias e podem ser acessadas clicando nos links que estão no edital identificados com o sublinhado. Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Os fornecedores que não estão acostumados com as licitações aqui do município de Paranavaí devem ler com atenção todas as informações gerais que estão nos links para entender os detalhes da licitação.

Existem, ainda, dois outros documentos que poderão lhe interessar e estão acessíveis no Pregão Eletrônico nº 008/2026, disponível em: <https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> onde serão divulgados todos os documentos e informações referentes a esta licitação:

- o estudo técnico preliminar - ETP, que indica o caminho percorrido pelo Município até chegar na solução ora licitada como sendo a que melhor lhe atende; e
- o termo de referência - TR, que possui a construção de todos os elementos do presente edital.

Esses documentos não são de leitura obrigatória e contêm informações que já estarão aqui. Além disso, se houver qualquer divergência, prevalecerá a regra deste edital e anexos.

Bons negócios!



EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 008/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

Processo Administrativo nº 010/2026

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Objeto do certame: Registro de preço para o fornecimento de grupos focais tipo 'U', destinados à manutenção do sistema semafórico do município de Paranavaí.
- 1.2. Data do certame e horário de início da sessão: 26 de fevereiro de 2026, as 09:00 horas.
- 1.3. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) do edital: 23/02/2026 às 23h59min.
- 1.4. Referência de Tempo: horário de Brasília (DF).
- 1.5. Valor estimado total da contratação: **R\$ 1.300.344,00** (Um milhão, trezentos mil e trezentos e quarenta e quatro reais).
- 1.6. Rito da seleção: [Pregão](#)
- 1.7. Forma da seleção: [eletrônica](#)
- 1.8. Local do certame: <https://www.gov.br/compras/pt-br> [UASG 987749](#)
- 1.9. Critério de julgamento [Menor preço](#)
- 1.10. Modo de disputa: [Aberto na forma eletrônica](#)
 - 1.10.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.
- 1.11. Ordem das etapas: [Rito procedimental comum](#)
- 1.12. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? [Sim](#)
- 1.13. [Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE](#): Empate Ficto e Comprovação Tardia
- 1.14. **Se houver divergência entre as especificações técnicas do objeto descritas em edital e anexos e aquelas utilizadas para incluir o item no sistema/plataforma, prevalecerão sempre as presentes neste instrumento convocatório, o qual vinculará a proposta da empresa.**



2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

- 2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo município de Paranavaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;
- 2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e
- 2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.7. Empresas reunidas em consórcios poderão participar desta licitação: SIM
- 2.8. Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação.

3. DECLARAÇÕES

- 3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.
 - 3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos.
 - 3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Paranavaí.
 - 3.1.3. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.



3.1.4. Dentre os membros do quadro societário, NÃO há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investindo em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designação recíprocas. (Súmula vinculante nº 13 - STF).

3.1.5. Para os fins requeridos no §1º, do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021, não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal e Fundação Cultural.

3.1.6. Ao participar desta licitação consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo licitatório (editais, contrato administrativo/ata de registro de preços e outros documentos relacionados), estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados.

3.1.7. Não possui sócio, proprietário, diretor, gerente ou integrante do conselho da empresa proponente que seja, de direito ou de fato, servidor público do município de Paranavaí, para os fins requeridos no inciso X do art. 109, da Lei Municipal nº 3.891/2012.

3.1.8. A proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço.

3.1.9. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.1.10. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

3.1.11. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

3.1.12. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.



4. PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no item 1.2. deste edital.

4.2. O licitante deverá registrar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento dos campos indicados, sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.

4.3. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, se for o caso, em até 2 (duas) horas, contadas da convocação do pregoeiro.

4.4. Juntamente com a proposta, deverá ser apresentado catálogo técnico, catálogos, fichas técnicas, manuais do fabricante ou documentos equivalentes que descrevam detalhadamente as características do produto ofertado, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução quando necessário, de forma a comprovar a conformidade com as especificações técnicas constantes em edital e anexos.

4.5. O documento deverá conter informações detalhadas sobre o produto, incluindo, no mínimo:

- ❖ Descrição técnica completa do porta-foco principal, ciclo visual tipo "U" com informação auxiliar de tempo;
- ❖ Indicação de homologação do produto pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), nos termos da Resolução nº 973/2022;
- ❖ Informações sobre dimensões, materiais, tecnologia de iluminação LED, eficiência energética, grau de proteção e acabamento anticorrosivo; e
- ❖ Marca e modelo comercial do equipamento, bem como identificação do fabricante.

4.6. Análise dos catálogos, ficha técnica ou similar, juntamente com a proposta de preços ajustada, será analisada pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito realizará a análise técnica dos documentos apresentados, no prazo de 03 (três) dias úteis, verificando a aderência do produto às especificações do Termo de Referência, aos requisitos de intercambiabilidade, à padronização com o parque semafórico municipal e à homologação pelo CONTRAN.

4.7. Caso os catálogos ou fichas técnicas apresentados não comprovem de forma suficiente a conformidade técnica exigida, ou apresentem divergências com o objeto



descrito, a proposta será desclassificada, com fundamento no art. 59, inciso II e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.8. O prazo para apresentação da proposta ajustada poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada, ou a critério do pregoeiro.

4.9. A proposta ajustada deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

5.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: será verificada por meio do SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

5.3.1. contrato social ou instrumento equivalente;

5.3.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

5.3.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

5.3.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

5.3.5. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

5.3.6. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.3.7. As empresas em consórcio deverá apresentar junto com documentos de habilitação um compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.7.1. Realizar a indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

5.3.7.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 5.3.7.1.

5.3.7.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, se for o caso, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.



5.4. Consulta nos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública - TCE/PR.

5.5. Preferencialmente todos os documentos de habilitação deverão constar no SICAF.

5.6. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado os documentos comprobatório de regularidade ao licitante durante a sessão.

5.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, para eventual restrição será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termino inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

5.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.7, implicará decadência do direito à concessão, sem prejuízo das sanções previstas em legislação e regulamentações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

5.9. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS

5.9.1. Apresentação da homologação do equipamento junto ao CONTRAN, por meio de certificado de homologação válido, ou carta do fabricante comprovando que o equipamento é devidamente homologado, ou documentação técnica equivalente, que comprove a conformidade com as normas vigentes.

6. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO

6.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: [Processo sancionatório](#).

6.2. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
-------------------	------------	-------



Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

7. INFORMAÇÕES GERAIS

7.1. Definições

7.2. Condições de julgamento de propostas e habilitação

7.3. Critérios de desempate

7.4. Negociação

7.5. Recursos e contrarrazões

7.6. Adjudicação e homologação

7.7. Disposições gerais

7.8. Caderno de Normas Licitatórias

7.9. Nossos canais de atendimento: compras@paranavai.pr.gov.br
compras.pvai@gmail.com / (44) 3421-2323 (das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min).

7.10. Onde estamos: Rua Getúlio Vargas, nº 900, Paranavaí/PR.

7.11. Quem são os responsáveis pelo certame: Catiana Flor Larsen Bandolin, Pregoeira, nomeada por meio do Decreto Municipal nº 27.727/2026.



7.12. Normas de regência: Lei nº 14.133/2021, Decreto municipal nº 24.731/2023, Resolução CONTRAN 973/2022, e legislações aplicáveis.

Paranavaí - PR, 10 de fevereiro de 2026.

Ademir Giandotti Junior
Secretário Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de preço para o fornecimento de grupos focais tipo 'U', destinados à manutenção do sistema semafórico do município de Paranavaí.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Especificação e quantidades da solução:

2.1.1. As quantidades estimadas estão descritas abaixo conforme tabela e informativo no Termo de Referência.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Total Estimado	Valor Unitária Estimado
1	Aquisição de porta-focos principal, ciclo visual tipo "U" , com informação auxiliar de tempo e suportes, conforme especificações técnicas.	UNID	80	1.300.344,00	16.254,30
Valor Total Estimado: 1.300.344,00					

2.1.2. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

O grupo focal semafórico com informação de tempo modelo "U" deverá ter embaixo, em sua base, e na posição horizontal, um semáforo convencional com as cores vermelha, amarela e verde, da esquerda para a direita (de frente para o observador eventual) conforme modelo previsto e homologado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Acima da cor vermelha do semáforo convencional deverão estar dispostas na posição vertical os cinco focos vermelhos do informador auxiliar de tempo. Acima da cor verde do Semáforo Convencional deverão estar dispostas na posição vertical os cinco focos verdes do informador auxiliar de tempo de maneira que a forma gráfica dos focos representa a letra "U", modelo homologado pelo CONTRAN.



Cada porta-focos deverá conter no total 06 (seis) informações verdes, 01 (uma) informação amarela e 06 (seis) informações vermelhas.

As dimensões deverão ser de 1250mm a 1350mm x 750mm a 850mm x e no mínimo 200mm de profundidade (altura, largura e profundidade), conforme resolução CONTRAN nº 973/2022, peso máximo de 30 (trinta) kg, com suporte de 3", conforme modelo homologado pelo CONTRAN.

A estrutura de sustentação deverá ser em chapa de aço tipo "L" e acabamento em preto fosco com pintura a pó eletrostática com secagem em estufa.

A caixa porta-focos deverá ser folha de alumínio dobrada, acabamento em preto fosco, com pintura a pó eletrostática.

O painel frontal dos porta-focos deve ser plano com as aberturas correspondentes para cada modulo a led e apresentar as quatro extremidades arredondadas com a aplicação de um friso branco em todo o perímetro.

A vedação entre as portas deverá ser em borracha resistência padrão automotivo, com EPDM.

Os porta-focos deverão ser dotados de três portas, uma para a cor verde com dois fechos para fechá-la, outra para a cor vermelha com dois fechos para fechá-la e outra para a cor amarela com um fecho para fechá-la. A porta da cor verde quando estiver aberta, deverá dar acesso direto ao painel com todos os módulos da cor verde, a porta da cor vermelha quando estiver aberta, deverá dar acesso direto ao painel com todos módulos da cor vermelha. A porta da cor amarela quando estiver aberta, deverá dar acesso direto ao módulo da cor amarela.

Quando a porta da caixa dos porta-focos estiver aberta, os módulos da cor verde, da cor vermelha e da cor amarela e lentes de policarbonato totalmente lisa e transparente com proteção ultravioleta deverão permanecer na caixa porta-focos, ficando na porta, somente o painel frontal.

A caixa dos porta-focos deverá ser provida internamente de um suporte mecânico e elétrico de encaixe rápido para cada cor, com fiação com isolamento de 750 volts, de modo a permitir a máxima segurança para o eletricista.



Os porta-focos semafóricos deverão vir acompanhados de abraçadeiras para fixação em braços projetados, tendo o diâmetro de 3".

Módulos a Led

A estrutura de sustentação dos módulos a led poderá ser em policarbonato, resina, alumínio ou aço. Quando for utilizado alumínio ou aço, deverá receber proteção anticorrosiva e acabamento em pintura a pó eletrostática com secagem em estufa a 240 °C.

Os módulos a led deverão propiciar a sua substituição no interior do painel do semáforo com informação de tempo de forma rápida, necessitando apenas desconectar os conectores dos conjuntos de módulos, devendo ainda ter dimensões padronizadas possibilitando a intercambialidade entre os equipamentos.

Os módulos deverão possibilitar o funcionamento na tensão de 127 volts CA e 12 volts CC.

Características Ópticas e Elétricas dos Módulos a Led

Os módulos a led do grupo focal semafórico com informação de tempo homologado pelo CONTRAN, de cima e de baixo deverão possuir lentes de no mínimo 200mm de diâmetro.

Os módulos a led verde, amarelo e vermelho de 200 milímetros de cima e de baixo, deverão ser compostos pelo número de leds necessários em cada módulo, de modo que não apresente espaços sem luminosidades maiores do que trinta por cento na área iluminada e apresentando em seu diâmetro externo um círculo de luminosidade sem imperfeições.

Cada módulo a led deverá contar com circuitos independentes, de modo que na eventualidade do não acendimento de um led, acarrete o não acendimento de no máximo mais dois leds. Cada circuito independente deve ter sua apresentação física intercalada com outros circuitos independentes, de modo que na eventualidade do não acendimento de um circuito com três leds, não produza uma falha contínua por haverem outros leds de outros circuitos intercalados e em funcionamento. Os módulos intermediários devem possuir no mínimo cinquenta leds.



Quando os leds e demais componentes estiverem soldados em placa de circuito impresso de simples face, sem que o furo seja metalizado, os leds e demais componentes deverão possuir ancoragem extra, por meio de resina translúcida, resistente a temperatura de trabalho e degradação solar.

Os leds verde, amarelo e vermelho, quando apagados deverão ser totalmente incolores para evitar falsa sinalização com a incidência da luz solar.

A cor verde deverá ter 515nm, ($\pm 10\%$), ângulo de abertura ≥ 20 graus.

A cor amarela deverá ter 593nm ($\pm 10\%$), ângulo de abertura ≥ 20 graus.

A cor vermelha deverá ter 632nm ($\pm 10\%$), ângulo de abertura ≥ 20 graus.

A lente dos painéis dos módulos a led deverão ser em policarbonato incolores e deverão levar em conta as condições ambientais e a dissipação do conjunto à que estará submetida não devendo sofrer deterioração nem prejuízo de suas características em mais de 30 % ao longo da vida do módulo a led.

A lente, quando o módulo estiver apagado, deverá ser totalmente incolores com total ausência das cores verde, amarela ou vermelha em toda a área visível para evitar falsa sinalização com a incidência da luz solar.

Os painéis de módulos a led verde, amarelo e vermelho, deverão ser equipados com lentes de policarbonato translúcido com proteção UV, resistentes a altas temperaturas, com superfícies externas e internas lisas e polidas e estarem fixadas ao painel de módulo a led; consumo médio permitido de cada módulo será de 15 watts.

Os módulos deverão apresentar no mínimo dois sistemas de proteção de sobre tensão.

Todos os módulos a led de uma cor, deverão ser acondicionados em um gabinete lacrado e deverão ter suas conexões do tipo plug-in, não necessitando de ferramenta alguma para sua substituição no interior dos porta-focos do semáforo com informação de tempo quando da manutenção corretiva.

Os equipamentos eletrônicos deverão ter proteção contra surtos elétricos, para em situações excepcionais, tolerar tensão máxima de 250 volts quando acionados por tensão de 220 volts e tolerar tensão máxima de 140 volts quando acionados por tensão de 127 volts.



Quando alimentados por uma tensão de trabalho de 220 volts, deverão aceitar variação de 200 a 235 volts estabilizadas, sem picos; quando alimentados por uma tensão de trabalho de 127 volts, deverão aceitar variação de 110 a 135 volts estabilizadas, sem picos.

Os equipamentos eletrônicos com as características anteriormente descritas deverão ser compatíveis para serem acionados por quaisquer controladores eletrônicos de tráfego.

Todos os módulos devem ser acionados por fontes estabilizadas, nunca transferindo para os leds variações e oscilações da rede da concessionária de energia elétrica do local onde serão utilizados os equipamentos.

Ligações

O módulo do circuito interno dos porta-focos deverá contar com dispositivos eficientes (prensa-cabos) para a entrada do cabo externo de quatro fios, que permitam manter a vedação do conjunto, sem danificar a isolação dos mesmos.

Os dispositivos de entrada dos cabos deverão suportar cabos com diâmetro variando entre 8 e 14 milímetros.

A ligação do cabo externo de quatro fios será feita ao conector do circuito interno dos porta-focos.

A ligação dos cabos dos módulos ao equipamento eletrônico interno deverá ser feita através de conectores de engate rápido sem a necessidade de ferramentas.

Máscaras

Os módulos deverão permitir a colocação de máscaras de setas, confeccionadas em material não corrosível. A máscara de seta deverá ter o fundo escuro e a seta iluminada.

Equipamento Eletrônico Interno – Características Gerais e de Funcionamento

Os porta-focos com informação auxiliar de tempo devem apresentar o funcionamento homologado pelo CONTRAN, ou seja, quando acende o módulo verde da base no semáforo convencional, também acende o módulo de cima do informador auxiliar de



tempo e, através de acende e apaga, a cor do informador de cima, vem de encontro à cor do semáforo convencional que se encontra na base do porta-focos. Igualmente quando acende o módulo vermelho da base do semáforo convencional, também acende o módulo vermelho de cima do informador auxiliar de tempo e, através de acende e apaga, a cor do informador de cima, vem de encontro à cor do semáforo convencional que se encontra na base dos porta-focos. O movimento de descida deve ser feito somente uma vez por cor em cada ciclo executado pelo semáforo.

Deve possuir equipamento eletrônico interno que é compatível com os controladores disponíveis no mercado, desta forma fazendo comunicação com o controlador eletrônico de tráfego através de um cabo de 04 vias, recebendo a informação estática de verde, amarelo, vermelho do controlador comum e a transformando em informação dinâmica.

O equipamento eletrônico interno deverá, através de uma informação disponibilizada pelo controlador de tráfego em quatro fios utilizados anteriormente para acionamento de semáforos comuns com somente uma informação de vermelho, uma de amarelo e uma de verde, dimensionar o tempo de cadência da cor do porta-focos para cada plano de tráfego em tempo real, ou seja, o equipamento eletrônico interno do porta-focos com informação auxiliar de tempo não pode executar no ciclo presente, os tempos executados pelo controlador no ciclo passado. Sob hipótese alguma poderá interromper qualquer operação de descida que esteja efetuando, pelo motivo de, por exemplo: na troca para um novo plano, o controlador de tráfego haver terminado a execução de um estágio com menos tempo; igualmente, não será permitido que o equipamento eletrônico execute no porta-focos a sua cadência de descida e fique parado em sua última posição de cor aguardando que o controlador principal troque de cor, por exemplo, pelo motivo de aumento de estágio do novo plano ou ainda, que por motivo de troca de plano a informação de tempo do semáforo fique apagada, desligada ou desativada. Em locais onde os porta-focos sejam necessários serem conectados por quatorze fios a empresa deve compatibilizar os chicotes de fiação interna e os circuitos eletrônicos internos dos porta-focos.

O protocolo de comunicação entre o equipamento eletrônico interno e o controlador de tráfego que deve ocorrer somente através dos quatro fios para acionamento de semáforos com informação de tempo com leds.

O equipamento eletrônico interno poderá executar a substituição automática de acendimento de uma “bolacha” led pela outra do porta-focos com informação auxiliar



de tempo, quando uma ou mais “bolachas” leds não funcionarem, exceção para a última verde e amarela que deverão permanecer sem substituição.

O suporte mecânico do mini gabinete, deve possibilitar a conexão dos cabos externos do porta-focos sem a utilização de ferramentas.

O empacotamento mecânico do equipamento eletrônico interno para leds, deve possibilitar a colocação no suporte mecânico, de forma rápida, não necessitando de ferramenta alguma para fixação dos cabos, devendo ainda, ter as mesmas dimensões e serem utilizados conectores de engate rápido padronizados possibilitando a intercambialidade entre os equipamentos.

O micro controlador do equipamento eletrônico interno, deverá estar isolado opticamente em todas as suas entradas e saídas e sua alimentação tem que estar desacoplada da rede através do uso de transformadores.

O equipamento eletrônico interno para leds nunca poderá dar quaisquer sinais externos nas cores dos módulos dos porta-focos, de que está havendo uma comunicação entre ele e o controlador de tráfego através dos quatro fios utilizados para o acendimento convencional das “bolachas” verde, amarela e vermelha nos semáforos comuns.

Excepcionalmente, o equipamento eletrônico interno deverá ter proteção contra surtos elétricos, tolerando tensão máxima de 250 volts quando acionados por tensão de 220 volts e tolerar tensão máxima de 140 volts quando acionados por tensão de 127 volts.

Os chaveadores de corrente do equipamento eletrônico, para acionamento de “bolachas” leds de semáforos auxiliares, deverão suportar correntes de até 20 ampères, comprovados pela apresentação das características dos fabricantes dos componentes.

O equipamento eletrônico interno deverá permitir a ligação de porta-focos auxiliares comuns ou a leds com uma informação de verde, uma de amarelo e uma de vermelho, e informar nestas cores, fielmente o que está ocorrendo no porta-focos com informação de tempo.

O equipamento eletrônico interno deverá estar protegido contra ordem do controlador de tráfego de acendimento simultâneo das cores verde e vermelha, devendo ter sensores para detectar tal ordem e em ocorrendo deverá apagar totalmente todas as “bolachas” led verdes e acionar somente a vermelha.



O equipamento eletrônico interno deverá ter proteção contra ruídos e espúrios da rede elétrica, não podendo em hipótese alguma tomar decisões erradas relacionadas a cadência, influenciado por ruídos ou espúrios elétricos porventura existentes nas redes elétricas.

Quando alimentado por uma tensão de trabalho de 220 volts, deverá aceitar variação de 200 a 235 volts estabilizadas, sem picos; quando alimentado por uma tensão de trabalho de 127 volts, deverá aceitar variação de 110 a 135 volts estabilizadas, sem picos.

O equipamento eletrônico interno com as características anteriormente descritas deverá ser compatível para ser acionado por controladores eletrônicos de tráfegos disponíveis no mercado.

O equipamento eletrônico interno não poderá ter alimentação independente ou estar conectado diretamente a rede de energia elétrica.

Os chaveadores de corrente da cor verde do equipamento eletrônico interno somente poderão ser alimentados pelo fio de energia da fase verde do controlador eletrônico de tráfego quando esta fase estiver ativada e não poderão ter alimentação independente ou estar conectado diretamente a rede de energia elétrica. Os chaveadores de corrente da cor vermelha do equipamento eletrônico interno somente poderão ser alimentados pelo fio de energia da fase vermelha do controlador eletrônico de tráfego quando esta fase estiver ativada e não poderão ter alimentação independente ou estar conectado diretamente a rede de energia elétrica. O chaveador de corrente da cor amarela do equipamento eletrônico interno somente poderá ser alimentado pelo fio de energia da fase amarela do controlador eletrônico de tráfego quando esta fase estiver ativada e não poderá ter alimentação independente ou estar conectado diretamente a rede de energia elétrica.

Durante o período de tempo em que a cor vermelha do semáforo está acesa, os demais módulos da informação de tempo da cor vermelha que estiverem aguardando o seu acendimento, devem manter, cada módulo, entre 2% e 6% de leds acesos, e com brilho de até no máximo 40% do brilho total, que é o brilho de quando o módulo está em seu momento de acendimento total. Quando o módulo está em seu momento de acendimento total, com todos os seus leds acesos, os leds devem ter o seu brilho uniforme, inclusive os leds que estavam com seu brilho de até 40% quando o módulo não estava em seu momento de acendimento total. No momento em que o semáforo

estiver executando o estágio da cor vermelha, nenhum led da cor verde ou amarela pode estar aceso, mesmo que parcialmente. Durante o período de tempo em que a cor verde do semáforo está acesa, os demais módulos da informação de tempo da cor verde que estiverem aguardando o seu acendimento, devem manter, cada módulo, entre 2% e 6% de leds acesos, e com o seu brilho de até no máximo 40% do brilho total, que é o brilho de quando o módulo está em seu momento de acendimento total. Quando o módulo está em seu momento de acendimento total, com todos os seus leds acesos, os leds devem ter o seu brilho uniforme, inclusive os leds que estavam com seu brilho de até 40% quando o módulo não estava em seu momento de acendimento total. No momento em que o semáforo estiver executando o estágio da cor verde, nenhum led da cor vermelha ou amarela pode estar aceso, mesmo que parcialmente.

Os suportes mecânicos que acondicionam em seu interior equipamento eletrônico interno de acionamento de módulos a led devem ter as mesmas dimensões e detalhes construtivos mecânicos e elétricos dos demais equipamentos (padronização), para permitir que os equipamentos eletrônicos internos possam ser intercambiáveis nestes minis gabinetes e suportes.

Não foi possível a utilização do descritivo presente no catálogo de serviços ou materiais do Governo Federal, considerando que as descrições presentes no catálogo acima mencionado eram insuficientes para atender a necessidade do Município de Paranavaí, desta forma fica definido o código CATMAT 605702 como referência, sendo este o mais aproximado do objeto a ser contratado.

Imagem Ilustrativa

Modelo Porta Focos Tipo “U”





2.2. Requisitos da contratação

- ❖ Os porta-focos semafóricos deverão ser do tipo ciclo visual “U” com informação auxiliar de tempo, modelo homologado pelo CONTRAN, assegurando padronização com os equipamentos já instalados no Município de Paranavaí.
- ❖ Os equipamentos deverão possibilitar intercambiabilidade de peças e componentes eletrônicos com os semáforos atualmente em uso, de modo a reduzir custos e tempo de manutenção, garantindo a continuidade do serviço de sinalização viária.
- ❖ Os módulos de iluminação deverão utilizar tecnologia LED, atendendo aos parâmetros técnicos de luminosidade, economia de energia (até 80% de redução no consumo) e maior durabilidade, conforme especificações homologadas.
- ❖ As dimensões, peso máximo e características construtivas deverão respeitar os limites estabelecidos pela Resolução CONTRAN nº 973/2022, garantindo conformidade regulatória e segurança operacional.
- ❖ O fornecimento deverá incluir suportes, abraçadeiras e acessórios de fixação compatíveis, garantindo instalação em braços projetados de diâmetro de 3” (três polegadas).
- ❖ Os equipamentos deverão apresentar vedação, resistência mecânica e acabamento anticorrosivo, de modo a suportar as condições ambientais de exposição em via pública, assegurando durabilidade e confiabilidade.

2.3.Prazo de entrega ou de execução do objeto:em até 90 (noventa) dias após o recebimento da nota de empenho.

2.4.Local de entrega ou de execução do objeto:

- ❖ Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito- Endereço: Praça Brasil, S/N - Centro, Paranavaí - PR, 87702-320.

2.5.Prazo para recebimento provisório:Provisoriamente, pelo fiscal do contrato e recebedor de bens designado da Secretaria, assim que o objeto for entregue, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, conforme Decreto Municipal 24.731, de 13 de março de 2023.

2.6.Prazo para recebimento definitivo: Definitivamente, e em até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato e/ou recebedor de bens



designado da Secretaria para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação conforme Decreto Municipal nº 24.731/2023.

2.7. Vigência da Ata de Registro de Preços: O prazo de vigência será 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal 14.133/21.

2.8. Prazo de Pagamento: 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.

2.9. A empresa contratada obrigará-se-á:

- ❖ O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, no Edital e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- ❖ Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- ❖ Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- ❖ Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados;
- ❖ Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- ❖ Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- ❖ Cumprir integralmente os requisitos da contratação definidos no item 2.6 deste Termo de Referência, especialmente quanto à padronização técnica,



intercambiabilidade de componentes, conformidade com a Resolução CONTRAN nº 973/2022, utilização de tecnologia LED, fornecimento de suportes e acessórios compatíveis, e resistência dos materiais às condições ambientais de exposição em via pública.

- ❖ A contratada deverá, manter disponíveis peças e componentes compatíveis pelo prazo de vigência da ata e aditivos, assegurando a continuidade operacional dos equipamentos.
- ❖ Fornecer os Grupos focais com materiais necessários para instalação como suportes, abraçadeiras e acessórios para fixação.

2.10. O Município Obriga-se:

- ❖ São obrigações do Município:
- ❖ Exigir o cumprimento, acompanhar e fiscalizar, todas as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- ❖ Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, edital e anexos;
- ❖ Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- ❖ Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- ❖ Aplicar ao Fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- ❖ Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- ❖ A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3. Tabela com itens, quantidades e periodicidade para cada órgão



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE					
		Unid.	Registra da	Inicial a ser adquirida	Periodicida de	Estimadas por período	Mínima por pedido
1	Porta-focos principal, ciclo visual tipo "U", com informação auxiliar de tempo e suportes, conforme especificações técnicas.	Unid.	80	20	Trimestal	20	20

4. BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MPE Licitação para MEI, ME, EPP, Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: Empate Ficto e Comprovação Tardia

5. QUANTIDADE OFERTADA

5.1.O licitante não poderá apresentar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item do edital pretendido.

6.DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Na presente contratação será vedada a subcontratação, em razão da indivisibilidade e natureza específica do objeto, que consiste no fornecimento de equipamento padronizado, com características técnicas homologadas pelo CONTRAN e compatíveis com o sistema semafórico já implantado no Município.

6.2. A vedação assegura maior responsabilidade do fornecedor quanto à integridade, desempenho e garantia dos produtos, evitando riscos de divergência de especificações, atrasos na entrega ou perda de rastreabilidade dos componentes.

7. GARANTIA , MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO

7.1. Garantia exigida do objeto:

7.1.1.O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de componentes eletrônicos, módulos de LED e eventuais problemas estruturais do porta-focos.

7.1.2.Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para o



Município, a substituição ou o reparo dos equipamentos que apresentarem irregularidades, assegurando o pleno funcionamento do sistema semafórico.

7.2. Condições de manutenção:

7.2.1.A manutenção corretiva dos equipamentos poderá ser realizada in loco e deverá ser executada no prazo máximo de 05 dias úteis após a comunicação formal do defeito pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. Não sendo possível o reparo in loco a empresa poderá realizar a manutenção em laboratório próprio, devendo providenciar os meios para continuidade da segurança do cruzamento semafórico, através de sinalização vertical, horizontal, luminosa ou outro meio que garanta a segurança do local.

7.2.2.Caso o reparo não possa ser realizado no prazo estabelecido, a contratada deverá fornecer, de forma imediata, equipamento substituto em perfeitas condições de uso, até que o item reparado seja devolvido.

7.2.3.Toda manutenção deverá ser realizada sem ônus para o Município.

7.3. Condições de assistência técnica:

7.3.1.A contratada deverá disponibilizar canais diretos de comunicação , como e-mail, telefone, aplicativos de mensagens ou outros meios disponíveis , para fornecimento de suporte técnico e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao funcionamento e à substituição de componentes durante o período de garantia. Além disso, a contratada deverá informar os locais disponíveis para prestação de assistência técnica.

8. EXIGE RESPEITO ÀS NORMAS ESPECÍFICAS DE DESCARTE

8.1. Considerando a Lei Federal 12.305/2010, na eventual necessidade de substituição do porta-foco, a responsabilidade pelo descarte e pela destinação ambientalmente adequada dos materiais será integralmente da empresa contratada. A licitante deverá adotar todas as medidas necessárias para o manejo, transporte e destinação final conforme a legislação ambiental aplicável, garantindo que não haja ônus ou transferência dessa obrigação ao Município.

9. QUAIS SÃO OS REQUISITOS POSTERIORES À EXECUÇÃO

9.1. Após a execução e entrega definitiva dos equipamentos, a contratada deverá:



- ❖ Assegurar o cumprimento integral da garantia de 12 (doze) meses, realizando, quando solicitado, a manutenção ou substituição de equipamentos ou componentes que apresentem defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento, sem ônus para o Município.
- ❖ Manter disponíveis peças e componentes compatíveis pelo prazo de vigência do Contrato, garantindo o fornecimento dos equipamentos e consequentemente a continuidade da manutenção do parque semafórico municipal.
- ❖ Disponibilizar canal permanente de atendimento, por e-mail, para comunicação com a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito durante o período de garantia e suporte técnico.
- ❖ Fornecer, quando solicitado, informações técnicas ou instruções complementares para apoio à equipe municipal responsável pela instalação e manutenção dos porta-focos.

9.2. Essas medidas têm por objetivo assegurar a durabilidade, a funcionalidade e a integração plena dos equipamentos ao sistema semafórico do Município.

10. REQUISITOS TÉCNICOS

10.1. A qualificação operacional, será realizada mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem as parcelas de maior relevância técnica e/ou valor significativo do objeto licitado conforme discriminado neste termo, Edital e anexos.

O(s) atestado (s) supracitado , poderá ser emitido tanto por pessoa jurídica de direito privado quanto por pessoa de direito público deverá conter, no mínimo:

- a) Identificação da pessoa jurídica eminente;
- b) Nome e cargo do representante legal signatário;
- c) Endereço do eminente;
- d) Especificação do produto fornecido de forma detalhada, quantitativos entregues, e se esses foram satisfatórios.



10.2. Os atestados devem conter as informações mínimas supracitadas para análise quanto aos produtos ofertados pela empresa, cabendo salientar que o objeto devem ser compatíveis e similares com o objeto licitado.

10.3. Considerando a estimativa de produtos solicitados pela Prefeitura Municipal de Paranavaí, os quantitativos dos atestados devem corresponder a 50% (cinquenta por cento), vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados, observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 67, da Lei 14.133/21, conforme segue:

Qualificação Técnica	
Comprovação de 50% do quantitativo	
Fornecimento de Grupos Focais Semafórico (Porta - Focos)	40 UND

10.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme estabelecido em legislação vigente.

10.5.No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente.

10.6.No caso de Consórcio, serão consideradas o fornecimento dos produtos realizados pelo licitante caso estejam discriminados separadamente no atestado para cada participante do consórcio; caso contrário, serão consideradas as quantidades de fornecimento correspondentes ao percentual da sua participação no consórcio realizador.

10.7. A apresentação de atestados anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos municipais sobre o tema.

10.8. A exigência de atestado de capacidade técnica se faz imprescindível para comprovação de que a licitante possui experiência e competência suficientes para executar o objeto do contrato de forma eficiente e com qualidade. Essa exigência é fundamentada na necessidade de proteger o interesse público, garantindo que o



contratado seja capaz de entregar os produtos/bens conforme as especificações e dentro dos padrões exigidos.

10.9. Os atestados de capacidade técnico-operacional podem ser substituídos por outras provas hábeis, nos seguintes termos:

- ❖ Declarações, contratos firmados, nota de empenho, notas fiscais ou documentos similares, que atendam as exigências estabelecidas neste termo.

11. DO CADASTRO RESERVA (REMANESCENTES)

11.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

11.2. O registro a que se refere o item anterior, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

11.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.4. Os licitantes que desejarem ter seus preços registrados na ata de registro de preços deverão se manifestar em sessão e terão sua proposta e habilitação Jurídica, fiscal e trabalhista, analisadas previamente, via SICAF, sendo analisada para comprovação de habilitação, quando necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

11.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado ao Município de Paranavaí convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o Município, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

11.6.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



11.6.2.Adjudicar e firmar a ARP nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.7. Será comunicado e registrado na sessão , se não houver manifestação de fornecedores interessados em registrar os preços na Ata de Registro de Preços ou se não houver fornecedores aptos .

11.8.Os preços registrados com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12. DA ALTERAÇÃO DE MARCA DO PRODUTO

12.1.Será admitida a alteração da marca pelo fornecedor, sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital, e decorrente de motivo justificado superveniente à formulação da proposta.

12.2. O disposta será válida para todos os contratos, inclusive aqueles não decorrentes de sistema de registro de preços, e aplicada também na etapa de julgamento das propostas na licitação e para os casos de substituição de subcontratados, de responsáveis técnicos e profissionais indicados na proposta do contratado.

13. DO REAJUSTE

13.1.O preço poderá ser reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação do IPCA (IBGE) - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, após 12 (doze) meses contados da data- base da data do orçamento estimado; conforme o caso, poderá ser aplicado outro índice para reajuste, caso o indicado não esteja atualizado em conformidade com mercado.

14. ACESSO À INFORMAÇÕES

9.1.A empresa vencedora poderá ter acesso às informações relacionadas ao pagamento no Autoatendimento do Portal do Cidadão, mediante login via sistema, acessando o link: <https://paranavai.atende.net/autoatendimento>.



EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 008/2026

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

1. DADOS DO FORNECEDOR

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

2. RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

CPF:

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

☐ Sim ☐ Não

Declaramos, nos termos do art. 4º da lei nº 14.133/21, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

☐ Sim ☐ Não

3. CONDIÇÕES COMERCIAIS

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Preço (R\$)	
					Unitário	Total
Preço estimado total						

Valor total geral por extenso:

4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 12 (doze) meses.

- Concordamos e atendemos a todas condições estabelecidas em edital e anexos.

Data:

Razão Social
Nome do Responsável
(assinatura)



ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / ____

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário,(nome e qualificação), residente e domiciliado nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 010/2026 Pregão Eletrônico nº 008/2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, Decreto municipal nº 24.731/2023, Resolução CONTRAN 973/2022 e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

2.2. Os contratos decorrente desta ata de registro de preços, terá vigência de 1(um) ano, podendo ser prorrogável, desde que comprovada a vantajosidade; sendo observado, no que couber, a Lei Federal nº 14.133/21, art.105 ao 140, bem como seus incisos e parágrafos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços para o fornecimento de grupos focais tipo 'U', destinados à manutenção do sistema semafórico do município de Paranavaí.

3.2. Especificação dos serviços:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Marca	Valor Total Estimado	Valor Unitária Estimado
1						
Valor Total Estimado:						



CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os fornecedores e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão no Anexo I.

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, se for o caso, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.1.1. As quantidades estimadas de fornecimento dos produtos é de acordo com a Tabela com itens, quantidades e periodicidade para cada órgão, disposta no Anexo I - Especificação do Objeto.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA 7ª: DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. Garantia exigida do objeto:

7.1.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de componentes eletrônicos, módulos de LED e eventuais problemas estruturais do porta-focos.

7.1.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para o Município, a substituição ou o reparo dos equipamentos que apresentarem irregularidades, assegurando o pleno funcionamento do sistema semafórico.

7.2. Condições de manutenção:

7.2.1. A manutenção corretiva dos equipamentos poderá ser realizada in loco e deverá ser executada no prazo máximo de 05 dias úteis após a comunicação formal do defeito.



pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. Não sendo possível o reparo in loco a empresa poderá realizar a manutenção em laboratório próprio, devendo providenciar os meios para continuidade da segurança do cruzamento semáforico, através de sinalização vertical, horizontal, luminosa ou outro meio que garanta a segurança do local.

7.2.2.Caso o reparo não possa ser realizado no prazo estabelecido, a contratada deverá fornecer, de forma imediata, equipamento substituto em perfeitas condições de uso, até que o item reparado seja devolvido.

7.2.3.Toda manutenção deverá ser realizada sem ônus para o Município.

7.3.Condições de assistência técnica:

7.3.1.A contratada deverá disponibilizar canais diretos de comunicação , como e-mail, telefone, aplicativos de mensagens ou outros meios disponíveis , para fornecimento de suporte técnico e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao funcionamento e à substituição de componentes durante o período de garantia. Além disso, a contratada deverá informar os locais disponíveis para prestação de assistência técnica.

CLÁUSULA 8ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Os fornecedores deverão assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

8.3. As condições da contratação, é conforme disposto em edital e anexos ao processo de contratação.

CLÁUSULA 9ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS E MARCA

9.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

9.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

9.3. Será admitida a alteração da marca pelo fornecedor, sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital, e decorrente de motivo justificado superveniente à formulação da proposta.



9.4. O disposto será válida para todos os contratos, inclusive aqueles não decorrentes de sistema de registro de preços, e aplicada também na etapa de julgamento das propostas na licitação e para os casos de substituição de subcontratados, de responsáveis técnicos e profissionais indicados na proposta do contratado.

CLÁUSULA 10ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

10.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

10.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

10.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

10.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

10.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 11ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: [Processo sancionatório](#).

11.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

11.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846,	Declaração de Inidoneidade para licitar ou	4 anos e 6 meses



de 1º de agosto de 2013

contratar com todos os entes federativos

CLÁUSULA 12ª: ADESÕES

12.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios, conforme previsto no art.128, § 1º do decreto municipal 24.731/2023.

CLÁUSULA 13ª: CADASTRO RESERVA - REMANESCENTES

13.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

13.2.O registro a que se refere o item anterior, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

13.3.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.4. Os licitantes que desejarem ter seus preços registrados na ata de registro de preços deverão se manifestar em sessão e terão sua proposta e habilitação Jurídica, fiscal e trabalhista, analisadas previamente,via SICAF, sendo analisada na integra os documentos para comprovação de habilitação, quando necessidade de contratação dos licitantes remanescentes .

13.5.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado ao Município de Paranavaí convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o Município, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

12.6.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



13.6.2. Adjudicar e firmar a ARP nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.7. Será comunicado e registrado na sessão, se não houver manifestação de fornecedores interessados em registrar os preços na Ata de Registro de Preços ou se não houver fornecedores aptos.

13.8. Os preços registrados com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços

Paranavaí – PR, de de

Município de Paranavaí

Secretário Municipal ordenador ou responsável pela entidade

Fornecedores:

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Nome do Representante

CPF: :

Assinatura:

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Nome do Representante

CPF: :

Assinatura:



Anexo I da Ata de Registro de Preços

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores remanescentes:

Descrição do Item:		
Número do Item:		
Razão Social	Valor unitário Registrado	Classificação



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO (caso seja necessário a formalização)

MINUTA DE CONTRATO Nº/2026(se for necessário)

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário,(nome)....., inscrito no CPF(nº do CPF), doravante denominado **contratante** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida à....., na cidade de –, CEP, e-mail....., neste ato representada pelo Sr.(nome), inscrito no CPF(nº do CPF), doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1.O presente contrato está vinculado à Licitação nº 008/2026 e ao Processo Administrativo nº 010/2025, Ata de Registro de Preços nº xxxx/2026 ao edital e à proposta apresentada pelo contratado, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, Decreto municipal nº 24.731/2023 Resolução CONTRAN 973/2022 e demais legislação aplicada.

1.2.Integra como anexo I deste contrato o Manual Tributário - MT.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto em legislação e vigor.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. Registro de preços visando o fornecimento de grupos focais tipo 'U', destinados à manutenção do sistema semafórico do município de Paranavaí.

3.2. Especificação do serviço

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Marca	Valor Total Estimado	Valor Unitária Estimado



Soma:

CLÁUSULA 4ª: REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

- 4.1. O regime de execução deste contrato é o de Empreitada por preço unitário.
- 4.2. A forma de execução deste contrato é Fornecimento parcelado.

CLÁUSULA 5ª: LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

- 5.1. O local de entrega dos produtos é na Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito- Endereço: Praça Brasil, S/N - Centro, Paranavaí - PR, 87702-320.
- 5.2. O prazo de entrega dos produtos será de 90(noventa) dias a contar do recebimento da nota de empenho.
- 5.3. O prazo de entrega / execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato em momento anterior à data de entrega ou conclusão do serviço.

CLÁUSULA 6ª: FONTE DE RECURSOS

- 6.1. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Entidade	Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo - Código	Valor - Reserva	Situação	Recurso Exerc. Ant.
MUNICÍPIO DE PARANAVAI	2026	1659	13	2	2086	3449052340000000000	509	0,00	Ativo	Não

CLÁUSULA 7ª: VALOR A SER PAGO PELO OBJETO

- 7.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor estimado de R\$, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
- 7.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.



CLÁUSULA 8ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento ocorrerá em até 15(quinze) dias , contados da conferência dos serviços, mediante envio da Nota fiscal e relatório do fiscal do contrato, sendo que este prazo é similar com a iniciativa privada.

8.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

8.2.1. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

8.2.2. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

8.2.3. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

8.3. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

8.4. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

8.5. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

8.6. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 9ª: REAJUSTAMENTO DO PREÇO

9.1. O preço será reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação do IPCA (IBGE) - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, após 12 (doze) meses contados da data-base da data do orçamento estimado.

9.2. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.



9.3. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

9.4. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

9.5. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.

CLÁUSULA 10ª: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos pertinentes e suficientes, acompanhados das memórias de cálculo.

10.1.1. A solicitação será endereçada ao gestor do contrato na Diretoria Especial de Compras da Secretaria Municipal de Administração.

10.2. O contratante analisará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e emitirá resposta ao contratado em 60 (sessenta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

10.2.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

10.3. A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos da cláusula 10.1, deste contrato para a pertinente manifestação e concordância, levando à extinção contratual, sem penalidades, nos casos em que não houver acordo sobre o novo valor.

10.4. Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

10.5. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

10.6. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.



10.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

CLÁUSULA 11ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, no Edital e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.4. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados;

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

11.6. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.7. Cumprir integralmente os requisitos da contratação definidos no item 2.6 deste Termo de Referência, especialmente quanto à padronização técnica, intercambiabilidade de componentes, conformidade com a Resolução CONTRAN nº 973/2022, utilização de tecnologia LED, fornecimento de suportes e acessórios compatíveis, e resistência dos materiais às condições ambientais de exposição em via pública.

11.8. A contratada deverá, manter disponíveis peças e componentes compatíveis pelo prazo de vigência da ata e aditivos, assegurando a continuidade operacional dos equipamentos.

11.9. Fornecer os Grupos focais com materiais necessários para instalação como suportes, abraçadeiras e acessórios para fixação.

CLÁUSULA 12ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do Município:



- 12.2. Exigir o cumprimento, acompanhar e fiscalizar, todas as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, edital e anexos;
- 12.4. Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.5. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência, edital e anexos;
- 12.6. Aplicar ao Fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 12.7. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 12.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados

CLÁUSULA 13ª: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A Fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços será realizada por servidores com capacidade técnica, devidamente nomeados por portaria pela Autoridade competente.

CLÁUSULA 14ª: DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. Garantia exigida do objeto:

14.1.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de componentes eletrônicos, módulos de LED e eventuais problemas estruturais do porta-focos.

14.1.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para o Município, a substituição ou o reparo dos equipamentos que apresentarem irregularidades, assegurando o pleno funcionamento do sistema semafórico.

14.2. Condições de manutenção:



14.2.1.A manutenção corretiva dos equipamentos poderá ser realizada in loco e deverá ser executada no prazo máximo de 05 dias úteis após a comunicação formal do defeito pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. Não sendo possível o reparo in loco a empresa poderá realizar a manutenção em laboratório próprio, devendo providenciar os meios para continuidade da segurança do cruzamento semáforico, através de sinalização vertical, horizontal, luminosa ou outro meio que garanta a segurança do local.

14.2.2.Caso o reparo não possa ser realizado no prazo estabelecido, a contratada deverá fornecer, de forma imediata, equipamento substituto em perfeitas condições de uso, até que o item reparado seja devolvido.

14.2.3.Toda manutenção deverá ser realizada sem ônus para o Município.

14.3.Condições de assistência técnica:

14.3.1.A contratada deverá disponibilizar canais diretos de comunicação , como e-mail, telefone, aplicativos de mensagens ou outros meios disponíveis , para fornecimento de suporte técnico e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao funcionamento e à substituição de componentes durante o período de garantia. Além disso, a contratada deverá informar os locais disponíveis para prestação de assistência técnica.

CLÁUSULA 15ª: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescentar, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

15.2. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

15.3. Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais, no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

CLÁUSULA 16ª: SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Na presente contratação será vedada a subcontratação, em razão da indivisibilidade e natureza específica do objeto, que consiste no fornecimento de



equipamento padronizado, com características técnicas homologadas pelo CONTRAN e compatíveis com o sistema semaforico já implantado no Município.

16.2. A vedação assegura maior responsabilidade do fornecedor quanto à integridade, desempenho e garantia dos produtos, evitando riscos de divergência de especificações, atrasos na entrega ou perda de rastreabilidade dos componentes.

CLÁUSULA 17ª: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

17.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei nº 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

CLÁUSULA 18ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "[Processo Sancionatório](#)".

18.2. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

18.3. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

18.4. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

18.5. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

18.6. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses



Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 19ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

19.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, prevista no art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023, devendo ser observadas as exigências dos §§ 1º e 2º art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023.

19.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.

19.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 60 (sessenta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto os pedidos de repactuação, que tem prazo de um mês.

19.3.1. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

19.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

CLÁUSULA 20ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

20.1. O contratante, por intermédio da Diretoria Especial de Compras, acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

20.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

20.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

20.3.1. o contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

20.3.2. será aplicada multa mensal de 5% (cinco por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade.



20.4. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

CLÁUSULA 21ª: NORMAS AMBIENTAIS E LOGÍSTICA REVERSA

21.1. Considerando a Lei Federal 12.305/2010, na eventual necessidade de substituição do porta-foco, a responsabilidade pelo descarte e pela destinação ambientalmente adequada dos materiais será integralmente da empresa contratada. A licitante deverá adotar todas as medidas necessárias para o manejo, transporte e destinação final conforme a legislação ambiental aplicável, garantindo que não haja ônus ou transferência dessa obrigação ao Município.

CLÁUSULA 22ª: PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

22.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

22.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

22.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

22.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

22.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

22.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

22.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

22.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

22.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;



- 22.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 22.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;
- 22.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- 22.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 22.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 22.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 22.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 22.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 22.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 22.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 22.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA 23ª: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 23.1. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato e recebedor de bens designado da Secretaria, assim que o objeto for entregue, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, conforme Decreto Municipal 24.731, de 13 de março de 2023.
- 23.2. O recebimento definitivo acontecerá em em até em até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato e/ou recebedor de bens designado da Secretaria para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação conforme Decreto Municipal nº 24.731/2023.
- 23.3. O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.
- 23.4. Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.



CLÁUSULA 23ª: DA RESERVA DE VAGAS

23.1. A contratada deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva e cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLAÚSULA DE 24ª: FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1. A contratada e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

24.2. Para os propósitos desta Cláusula definem-se as seguintes práticas:

- ✧ Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução contratual;
- ✧ Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- ✧ Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- ✧ Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

CLÁUSULA 25ª: EXTINÇÃO DO CONTRATO

25.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.



25.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 26ª: FORO

26.1.O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

Paranavaí-PR, de de

Município de Paranavaí

Secretário Municipal ordenador ou responsável pela entidade

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Assinatura:


Nome:

CPF

Assinatura:



ANEXO I DO CONTRATO
Manual Tributário- MT

 Prefeitura de Paranavaí DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS		MT - Aquisição de Porta- Focos ciclo visual tipo "U" Requisição: 445/2025	
Contratante:		Prefeitura de Paranavaí/PR	
Objeto do fornecimento	Serviço <input type="checkbox"/>	Produto <input checked="" type="checkbox"/>	Produto e Serviço <input type="checkbox"/>
Objeto:	Aquisição planejada e padronizada de porta-focos ciclo visual tipo "U", visando assegurar a compatibilidade com o sistema semafórico já existente no Município.		
Observação quanto a Documento Fiscal:	Nota Fiscal eletrônica		
Local da execução da atividade/fornecimento	Paranavaí		
Incidência das Retenções Tributárias			
INSS			
Atividade está inserida na lista de serviços sujeitos à retenção?	Por se tratar de operação exclusivamente de venda mercantil, não incide a retenção previdenciária.		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
A atividade é hipótese de retenção?	Depende do Regime do Fornecedor		
Observações	Empresa Simples Nacional	SEM RETENÇÃO	
	Regime Normal	RETENÇÃO	
Base de cálculo	Regime Normal	Valor Integral NF-e	
Alíquota de retenção	Regime Normal	1,2%	
Valor da retenção	Valor NFS-e x 1,2%		
Observações			
Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e Cofins)			
Hipótese de retenção?	Não, uma vez que o Município de Paranavaí/PR não formalizou convênio com a União com esta finalidade.		
Imposto Sobre Serviços (ISS)			
Hipótese de retenção?	Não		
Observações	A operação não constitui prestação de serviços e, por isso, não está no campo de incidência do ISS, devendo a contratada emitir apenas a nota fiscal de venda mercantil, nos termos da legislação estadual aplicável.		

A presente declaração não dispensa a obrigação do fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

Ciente, de acordo.

Assinatura do representante legal do fornecedor / subcontratado



PATRICIA APARECIDA
CABRAL ARRUDA
074.536.489-63
MUNICÍPIO DE PARANAVAI

Brasil

Assinatura servidor responsável

Local e data: Paranavaí, 25 de Novembro de 2025.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/11/2025 16:49:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p25066589c98e>

